

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GISELLE ABATTI

**AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO
INSTRUMENTO DA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

FLORIANÓPOLIS, 2004

GISELLE ABATTI

**AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO
INSTRUMENTO DA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Joice Antônio Lorandi, Msc

FLORIANÓPOLIS, 2004

GISELLE ABATTI

**AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO
INSTRUMENTO DA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Luiz Felipe

Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Joisse Antônio Lorandi, Msc

José Alonso Borba

Loreci Borges

FLORIANÓPOLIS, 2004

*À minha mãe e
ao meu pai,
por todo amor
dedicado*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e por estar sempre presente possibilitando a realização de todos os meus sonhos.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo incentivo e por estarem presente na minha vida.

Ao meu noivo, por todo carinho e paciência ao longo dessa caminhada.

Ao professor Joisse Antonio Lorandi, pela orientação e atenção para a condução do trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de um ensino de qualidade.

Aos colegas de curso por me apoiarem na realização deste trabalho.

Aos colegas de trabalho, Flavio e Leonardo, que sempre estiveram prontos para me ajudar.

E por fim, à todos aqueles que, direta ou indiretamente, me apoiaram nessa etapa da minha vida.

*“Embora ninguém possa
voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora a
fazer um novo fim...”*

(Chico Xavier)

RESUMO

ABATTI, Giselle. Avaliação da informação contábil como instrumento da gestão das micro e pequenas empresas, 2004, 73 páginas. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente estudo tem por objetivo verificar se a informação contábil é utilizada pelos gestores na administração das micro e pequenas empresas pesquisadas. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com levantamento de dados. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica referente aos objetivos da contabilidade, às diferenças entre contabilidade financeira e contabilidade gerencial. Foram descritos os relatórios exigidos pela Lei das S.A (Lei N. 6.404/76) e descritos alguns relatórios e ferramentas gerenciais. Descreveu-se as características qualitativas dos relatórios contábeis e algumas considerações a respeito do processo de gestão empresarial. Foi abordado à respeito da função do contador como transmissor da informação contábil e da importância de um sistema de informação gerencial. Na seqüência da pesquisa foram levantadas características gerais das micro e pequenas empresas. Para o levantamentos dos dados foram enviados questionários para algumas micro e pequenas empresas do município de Florianópolis. Através das respostas obtidas, foi possível verificar que a contabilidade em micro e pequenas empresas ainda é pouco utilizada como informação para a gestão.

Palavras-chaves: informação, gestão, micro e pequenas empresas.

LISTA DE FIGURAS

Figura I: Uma Hierarquia de qualidades em contabilidade	29
Figura II: Tripé da Qualidade da Informação	32
Figura III: Relatório Gerencial (modelo geral)	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Tomador de Decisão.....	55
Gráfico II – Principais fontes de informações utilizadas.....	56
Gráfico III – Contador participante nos planejamentos.....	57
Gráfico IV – Intensidade de Uso dos Relatórios/Informações.....	58
Gráfico V – Contabilidade Atualizada.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Contabilidade Financeira <i>versus</i> Contabilidade Gerencial	26
Quadro II - Definição de micro e pequenas empresas.....	48
Quadro III - Distribuição das Empresas Industriais, Comerciais e de Serviços por porte e setor.	48
Quadro IV - Composição do PIB, Empregos e Setores de Atividade Econômica em Florianópolis -2000.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Porte das Empresas Pesquisadas	51
Tabela II – Número de Empregados.....	51
Tabela III– Atividade Empresarial	52
Tabela IV – Forma de Registro Contábil.....	52
Tabela V – Forma Tributária	53
Tabela VI – Expectativa de Evolução do Negócios	53
Tabela VII – Tempo na função.....	54
Tabela VIII – Faixa Etária dos gerentes	54
Tabela IX – Formação Acadêmica	55
Tabela X –Geração, Utilização e Grau de Importância dos Relatórios/Informações.....	57
Tabela XI – Qualidade dos Relatórios/Informações.....	59

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA.....	13
1.1.1 Delimitação do tema	14
1.2 PROBLEMA	14
1.3 OBJETIVO GERAL	15
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.5 JUSTIFICATIVA.....	15
1.6 METODOLOGIA	16
1.7 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 CONTABILIDADE: OBJETO E OBJETIVOS	20
2.2 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE	22
2.3 CONTABILIDADE FINANCEIRA <i>VERSUS</i> CONTABILIDADE GERENCIAL	25
2.4 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	27
2.4.1 A qualidade da informação.....	28
2.4.2 Os relatórios contábeis legais.....	33
2.4.2.1 O Balanço Patrimonial	34
2.4.2.2 A Demonstração do Resultado do Exercício.....	34
2.4.2.3 A Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados	35
2.4.2.4 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	35
2.4.2.5 A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.....	35

2.4.3 Os relatórios contábeis gerenciais.....	36
2.4.3.1 Análise do Capital de Giro	38
2.4.3.2 Fluxo de Caixa.....	38
2.4.3.3 Controle de Estoques.....	38
2.4.3.4 Cálculo do Custo do Produto ou Serviço	39
2.4.3.5 Análise de Balanços	39
2.4.3.6 Orçamento Empresarial.....	39
2.4.3.7 Análise da Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio.....	40
2.4.3.8 Formação do Preço de Venda.....	40
2.4.3.9 Controle e Conciliação Bancária.....	41
2.4.3.10 Controle de Contas a Receber e a Pagar.....	41
2.4.3.11 Análise dos Investimentos.....	42
2.4.4 O sistema de informações gerenciais.....	42
2.4.5 O papel do contador como transmissor de informações.....	44
2.5 PROCESSO DE GESTÃO EMPRESARIAL.....	46
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	47
3.1 MICRO E PEQUENA EMPRESA	47
3.2 MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	50
3.3 DADOS DAS EMPRESAS	50
3.4 DADOS DA GERÊNCIA	53
3.5 INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	55
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	60
5 REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Uma das funções da contabilidade desde sua origem em uma organização, é prover os usuários das informações necessárias para o seu correto gerenciamento, o que é caracterizado como Contabilidade Gerencial. A informação contábil torna-se um fator vital para as empresas, pois para a tomada de decisão, os gestores precisam de informações. A qualidade das decisões dependem diretamente da qualidade da informação de que a organização dispõe.

Em uma era de rápidas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, as empresas devem possuir um sistema de informações eficaz, em que os relatórios sejam gerados e apresentados em tempo hábil, tragam detalhes na medida da necessidade do usuário, sejam relevantes, confiáveis e comparáveis, isto é, tenham qualidade. Estudos mostram que a necessidade de informações podem crescer de maneira exponencial em relação à expansão das empresas e para acompanhar esse crescimento as informações precisam ter qualidade.

No gerenciamento das micro e pequenas empresas, a figura do contador e o papel da contabilidade vem se tornando cada vez mais importantes. Em muitos casos, os proprietários destas empresas não estão preparados para diagnosticar problemas ou lhes faltam conhecimento no processo de gestão. É neste momento que uma informação contábil com qualidade pode fazer a diferença, como uma ferramenta útil para o planejamento, controle e tomada de decisão.

1.1 TEMA

Esta monografia tem como tema uma avaliação da informação contábil como instrumento de gestão das micro e pequenas empresas.

1.1.1 Delimitação do tema

O enfoque do tema é a informação para a micro e pequenas empresa, pois percebe-se ainda que há pouca utilização da informação contábil como ferramenta de planejamento, controle e tomada de decisão.

Foram avaliadas micro e pequenas empresas de Florianópolis, no ramo comercial e de serviços, onde foi diagnosticada a utilização da informação gerada pela contabilidade como ferramenta da gestão.

1.2 PROBLEMA

Percebe-se ainda que há uma falta de reconhecimento da Contabilidade como instrumento de gestão das micro e pequenas empresas, talvez pela desqualificação de alguns profissionais da área contábil em gerar a informação de maneira que auxilie os gestores na tomada de decisão, pelo despreparo dos gestores na utilização destas, ou por outros fatores.

as informações gerenciais contábeis, movidas pelos procedimentos e pelo ciclo dos sistema de relatórios financeiros da organização, são demasiado tardias, agregadas e distorcidas para terem relevância para as decisões de planejamento e controle dos gerentes. (KAPLAN, apud CREPALDI, 1998, p.21)

O problema em questão é: as informações contábeis são úteis ao gestor da micro e pequena empresa?

1.3 OBJETIVO GERAL

Avaliar a informação contábil como instrumento da gestão das micro e pequenas empresas situadas na cidade de Florianópolis.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O trabalho será desenvolvido, tendo como objetivos específicos:

- Demonstrar o objetivo da contabilidade e o papel do contador como transmissor das informações;
- Caracterizar a informação contábil e os tipos de relatórios;
- Caracterizar as micro e pequenas empresas; e
- Avaliar se as informações geradas pela contabilidade são utilizadas pelos usuários internos das micro e pequenas empresas.

1.5 JUSTIFICATIVA

O tema é relevante pelo fato de que pode-se planejar, controlar e tomar decisões com maior segurança e eficácia, se a empresa utilizar as informações contábeis que tenham qualidade. A informação é o produto da contabilidade. Conforme Padoveze (1997, p.38) “Ela deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil.”

Muitas organizações tem “dificuldade” para entender as informações geradas pela contabilidade. Com isso as informações contábeis apresentam um desempenho abaixo das expectativas da gerência. Conforme dados do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (1999) 97% das empresas no Brasil quebram antes do 5º ano de vida. Neste estudo foi revelado, entre outros fatores, a falta de informação e amadorismo na gestão como uma das causas da mortalidade dessas empresas.

As empresas enfrentam uma nova fase, onde buscam a competitividade no mercado. A informação contábil como instrumento de gestão deve proporcionar a oportunidade de mantê-las dentro desse mercado. Como as mudanças ocorrem rapidamente, a contabilidade não pode ficar para trás. Os gerentes estão se tornando cada vez mais conscientes da necessidade da informação contábil, e no caso em que não existe essa conscientização, os Contadores devem desempenhar o seu papel de facilitador e integrador na cadeia de valor da empresa.

Busca-se com este trabalho alertar os profissionais contábeis para a importância de repensar qual o verdadeiro papel da contabilidade. Será que o profissional contábil busca ser parceiro, contribuindo com as informações que divulga, ou é apenas coadjuvante, apresentando resultados apenas para fins fiscais. A ciência contábil, através de seus profissionais precisa preocupar-se com a qualidade do trabalho que é vendido às empresas e sempre buscar superar as expectativas de seu cliente. Deve-se chegar a um consenso entre o que é qualidade para a Contabilidade e o que é qualidade para os gestores, usuários das demonstrações.

1.6 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da monografia, foram utilizados procedimentos metodológicos. “Monografia é um trabalho escrito sobre um único tema, ou um estudo minucioso, com a pretensão de esgotar determinado assunto relativamente restrito”. Andrade (2002, apud BEUREN et al 2003, p. 40)

De acordo com Beuren et al (2003, p.21), para a elaboração da monografia, são

necessários rigores científicos. “Ciência é a acumulação de conhecimentos sistemáticos”. Goode e Hatt (2002, apud BEUREN et al 2003, p.26)

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 1988, p. 19)

Portanto utiliza-se a pesquisa para descobrir respostas para problemas utilizando-se procedimentos científicos.

Cervo e Bervian (1983, apud BEUREN et al 2003, p. 30) “lembram que, nas ciências, entende-se por método o conjunto de procedimentos empregados na investigação e demonstração da verdade.”

Para a realização da monografia proposta, quanto aos objetivos, será realizado uma pesquisa descritiva. Segundo Andrade (2002, apud BEUREN et al 2003, p. 81), “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registra-los, analisa-los, classifica-los e interpreta-los, e o pesquisador não interfere neles.” Não há manipulação dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos técnicos será utilizada a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1988) a pesquisa bibliográfica é uma pesquisa elaborada utilizando-se materiais já publicados, como livros, artigos periódicos e outros materiais disponíveis na *internet*.

Em relação à abordagem do problema, será uma pesquisa qualitativa com levantamento de dados. Para a pesquisa qualitativa, não é necessário a utilização de métodos e técnicas estatísticas. Conforme Gil (1998), utiliza-se o ambiente natural para a coleta dos dados, onde pode-se analisar mais profundamente o fenômeno estudado.

A população desse estudo é composta pelas micro e pequenas empresas do município de Florianópolis. Para Barbetta (1998, p. 9), população é o “conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que são passíveis de serem observados.” Utilizou-se como conceito

de micro e pequena empresa o enquadramento de acordo com a Lei 9.841/99.

A amostra da população foi tirada intencionalmente, conforme citam Marconi e Lakatos (1982, p. 47) na amostra intencional o pesquisador está interessado na opinião de apenas alguns dos elementos da população. Para a pesquisa a evidência está na opinião dos gestores das empresas.

Inicialmente foram coletados 30 números de telefone de micro e pequenas empresas, localizadas no município de Florianópolis, pelo catálogo telefônico da *internet*. Num segundo momento entrou-se em contato com 19 empresas e depois de explicado o objetivo da pesquisa, foi enviado, via *e-mail*, para os interessados o questionário para ser respondido. No entanto apenas 9 empresas responderam à pesquisa.

Para alcançar os objetivos específicos da pesquisa, foi aplicado um questionário (apêndice) com perguntas abertas e fechadas, buscando-se identificar o que ocorre na prática em relação ao problema proposto.

A análise dos dados foi feita interpretando os dados colhidos. Assim, conforme afirma Gil (1988) é feita uma ligação das respostas da pesquisa com os conhecimentos já assimilados e com a fundamentação teórica.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução ao assunto, contemplando o tema, o problema, os objetivos, a justificativa e a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho.

No segundo capítulo foi apresentada a fundamentação teórica, onde foram expostos conceitos importantes sobre o assunto. Foram abordados conceitos a respeito da contabilidade financeira e a contabilidade gerencial, objeto e objetivos da contabilidade, usuários da

informação contábil, a qualidade da informação contábil, o sistema de informações gerenciais, os relatórios legais e os relatórios gerenciais, o papel do contador e o processo de gestão empresarial.

No terceiro capítulo descreve-se características gerais das micro e pequenas empresas e a forma de seu enquadramento. Foram apresentados e analisados os dados coletados para a pesquisa. Apresenta-se o resultado obtido, alcançando assim mais um de seus objetivos.

Por fim no quarto capítulo foi apresentado as conclusões da pesquisa realizada e recomendações para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda conceitos importantes para a realização da pesquisa, como as principais diferenças entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial, a qualidade da informação contábil, os relatórios legais e gerenciais, o sistema de informação, o papel do contador e o processo de gestão empresarial.

2.1 CONTABILIDADE: OBJETO E OBJETIVOS

A contabilidade é uma ciência que não possui uma data precisa de origem. Não se sabe ao certo quando surgiu a contabilidade. Sabe-se que foi evoluindo de acordo com a necessidade de seus próprios usuários. De acordo com Marion (1995, p. 34), na bíblia já encontra-se indícios do uso da contabilidade, quando, por volta de 4.000 a.C., Jacó e Labão competem no crescimento de suas riquezas e para isso precisam fazer um controle quantitativo. A maturidade da contabilidade, de acordo com Marion (1995, p.34), foi entre o século XIII e XVI d.C., época do renascimento, em que o frade Frei Luca Pacioli publicou um tratado sobre Contabilidade, a primeira literatura contábil de grande relevância.

A importância da contabilidade foi aumentando na medida que ocorreu o desenvolvimento econômico. Hendriksen e Breda (1999, p. 39) dizem que “[...] a contabilidade é um produto do renascimento italiano”. Segundo estes autores, a contabilidade começa a surgir entre os séculos XIII e XIV nos diversos centros de comércio no norte da Itália, onde utilizavam os sistemas de partidas dobradas.

Quanto ao desenvolvimento do método contábil, Iudícibus, et al (1998, p. 21), diz estar ligado ao surgimento do capitalismo. Nesta época, surgiu a necessidade de mensurar

quantitativamente os valores investidos na exploração comercial e industrial. A contabilidade também servia como um instrumento de controle nos países em que a economia era centralizada no governo.

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 36), cita a contabilidade como sendo uma ciência social que possui um objeto próprio, o Patrimônio das Entidades. Este objeto consiste no conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros. De acordo com Marion e Iudícibus (1999), a razão pela qual define-se a contabilidade como ciência social, é o fato de ser através da ação humana que o patrimônio, objeto da ciência, se modifica.

Iudícibus, et al (1998, p. 21) define contabilidade como:

ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas

Até o século XVI o objetivo da contabilidade era gerar informação só para o proprietário, sendo essas informações, guardadas em sigilo, conforme citado por Hendriksen e Breda (1999). Ainda segundo os autores, um dos primeiros objetivos da contabilidade era calcular e apresentar o lucro líquido. Mas, atestavam que os termos utilizados eram entendidos somente pelo meio contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 39) define como objetivo científico da Contabilidade a correta apresentação do Patrimônio e a análise de suas mutações. Como objetivo pragmático o foco é a “Informação”, isto é, quando aplicada a uma entidade em particular, a contabilidade tem como objetivo informar os seus usuários sobre a situação econômica, financeira e física de todas as mutações do patrimônio.

O FASB (Financial Accounting Standart Board) também enfatiza o objetivo pragmático, realista, conforme o CFC (2000). Hendriksen e Breda (1999, p. 92) citam que de acordo com o

FASB o objetivo é a divulgação financeira, que deve trazer informações úteis, compreensíveis, e que ajudem seus usuários na tomada de decisões.

É importante salientar que a informação abrange tanto organizações com e sem fins lucrativos. Conforme citado por Crepaldi (1998, p. 18) “[...] o grande objetivo da contabilidade é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização, com ou sem fins lucrativos.”

O objetivo da contabilidade é alcançado, quando as informações geradas permitem ao usuário, avaliar a situação econômica e financeira da entidade, para conseqüente tomada de decisão. Iudícibus e Marion (1999, p. 53) descrevem o objetivo da contabilidade é “[...] fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.”

Portanto o objeto da contabilidade é o patrimônio da entidade e o objetivo dela está intimamente relacionado com a informação aos usuários, pois o produto da contabilidade, a informação, destina-se aos usuários, tanto aos internos como os externos.

2.2 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

Com o surgimento do capitalismo, a partir do renascimento, por volta dos séculos XIV a XVI, citam Marion e Iudícibus (1999), ocorreu uma ampliação dos usuários da contabilidade. Portanto houve a necessidade de evidenciar as informações contábeis para diversos usuários com diferentes finalidades. A informação que provém da Contabilidade é destinada para usuários externos e internos à organização.

Os usuários internos compreendem: administradores, gerentes e outros tomadores de decisão, que necessitam de informações mais específicas e restringe-se aos limites da empresa.

Os usuários externos: utilizam as informações expressas nas demonstrações contábeis, são os investidores, bancos, governo, sindicatos, órgãos reguladores, fornecedores de créditos, entre outros. A natureza do usuário (interno e externo) determina que tipo de informação será divulgada. Os usuários tem interesses diferentes e por isso a informação gerada deve prover essas diferentes necessidades.

Hendriksen e Breda (1999, p. 92) citam que para o FASB os principais usuários da contabilidade são os investidores e credores: “[...] a divulgação financeira deve ser útil para a tomada de decisões de investimento, concessão de crédito e outras decisões semelhantes”.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2000 p. 41), a contabilidade deve prover os usuários com informações do patrimônio, sob os aspectos econômicos, financeiros e físicos e de todas as mutações que nele ocorrem. A informação gerada pela contabilidade deve possibilitar ao usuário uma fácil avaliação e as tendências da atual situação do ambiente em que a empresa está inserida.

- observar e avaliar o comportamento;
- comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades;
- avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos;
- projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2000, p. 41)

Cada usuário tem uma finalidade para a informação que será utilizada.

- **Investidores:** É através dos relatórios contábeis que se identifica a situação econômico-financeira da empresa; dessa forma, o investidor tem às mãos os elementos necessários para decidir sobre as melhores alternativas de investimentos. Os relatórios evidenciam a capacidade da empresa em gerar lucros e outras informações.
- **Fornecedores de bens e serviços a crédito:** Usam os relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora.
- **Bancos:** Utilizam os relatórios para aprovar empréstimos, limite de crédito etc.
- **Governo:** Não só usa os relatórios com a finalidade de arrecadação de impostos como também para dados estatísticos, no sentido de melhor redimensionar a economia (IBGE, por exemplo).
- **Sindicatos:** Utilizam os relatórios para determinar a produtividade do setor, fator preponderante para reajuste de salários.
- **Outros interessados:** Funcionários (este, usuário interno), órgãos de classes, pessoas e diversos institutos, como a CVM, o CRC etc. (IUDÍCIBUS E MARION, 1999, p. 42)

Iudícibus, et al (1998, p. 22) cita como usuários da contabilidade:

- sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de maneira geral: necessitam de informações resumidas que forneçam respostas claras;
- administradores, diretores e executivos dos mais variados escalões: são os agentes responsáveis pelas decisões;
- bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro: interessados principalmente nos fluxos financeiros;
- governo e economistas governamentais: a partir de dados contábeis podem fazer análises econômicas e taxar impostos e tributos;
- pessoas físicas: utilizam a contabilidade para controle de seus orçamentos.

Assim, conforme cita a IOB (1993), o primeiro usuário da contabilidade foi o próprio gestor do patrimônio, que através das suas necessidades, controlava, avaliava e acompanhava a sua evolução. Posteriormente a ciência contábil focou como usuários externos, os investidores, o governo e os credores pela necessidade de ampliar suas riquezas. Atualmente aumentou o número de pessoas interessadas nas informações geradas pela contabilidade. Entre elas estão os administradores, financiadores, clientes, fornecedores e a sociedade em geral.

A contabilidade deve conhecer cada grupo de usuário interessado em suas informações para que possa diagnosticar estas necessidades e conseguir atender as expectativas de cada grupo. Dessa forma a Contabilidade Gerencial contribui, com a geração de informações para os usuários internos, no processo de tomada de decisão.

2.3 CONTABILIDADE FINANCEIRA *VERSUS* CONTABILIDADE GERENCIAL

O surgimento da contabilidade gerencial estava ligado à necessidade de um tipo de contabilidade que não tivesse como objetivo exclusivo o preparo das demonstrações contábeis, conforme cita Anthony (1976, p. 271). Os usuários internos, principalmente o gestor, necessita de mais informações além daquelas obtidas através das demonstrações financeiras.

A contabilidade financeira, conforme Marion (1995, p. 31), “é a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória para fins fiscais.” Já a contabilidade gerencial está voltada para a administração, para a tomada de decisões. Para atender aos objetivos da gerência, a contabilidade gerencial usa dados da contabilidade financeira e da administração.

Atkinson et al (2000, p. 36) define Contabilidade Gerencial como “o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas.” É interessante destacar que na definição, o autor abrange somente os eventos econômicos. Já Iudícium (1998, p. 21) cita que todo tipo de procedimento, técnica, relatório contábil ou informação que seja feito de acordo com as necessidades da administração para a tomada de decisões é denominado de contabilidade gerencial.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1997, p. 16) destaca que para atingir o objetivo de informar e auxiliar a administração, a contabilidade gerencial deve fornecer informações relevantes, objetivas, precisas, abrangentes e ágeis. Assim percebe-se que não é qualquer informação que será utilizada pela administração, ela precisa ter as qualidades de relevância, objetividade, precisão, ser abrangente e tempestiva.

A Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial diferem-se principalmente no tipo de usuário que cada uma atende. Crepaldi (1998, p. 18) diferencia a contabilidade financeira

da gerencial, dizendo que a financeira destina-se a fornecer informações para terceiros, enquanto a contabilidade gerencial diz respeito ao ambiente interno da empresa.

Conforme descreve Padoveze (1997, p. 26) a contabilidade gerencial fornece informações à administradores, ou seja, aos usuários internos, já a contabilidade financeira fornece informações à acionistas e outros usuários externos. Dentre outras diferenças citadas pelo autor estão: a frequência dos relatórios, na contabilidade financeira a frequência é anual, trimestral e ocasionalmente mensal, já na contabilidade gerencial a frequência é estabelecida pela administração. Outra importante diferença é a restrição nas informações fornecidas. Na contabilidade financeira a restrição são os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, na contabilidade gerencial a restrição é determinada pela necessidade e relevância para a tomada de decisão. Anthony (1976, p. 272) ressalta outra diferença, a contabilidade financeira trabalha com a entidade de forma geral, enquanto a contabilidade gerencial trabalha com partes da empresa. A contabilidade gerencial está relacionada aos departamentos, assim se a administração necessita de alguma informação de determinado produto é a contabilidade gerencial que dará este suporte.

Quadro I – Contabilidade Financeira *versus* Contabilidade Gerencial

	USUÁRIOS	OBJETIVOS	PRINCÍPIOS	PRINCIPAIS CRITÉRIOS
CONTABILIDADE FINANCEIRA	Externo	Informar a terceiros sobre o desempenho geral da empresa	Princípios fundamentais de contabilidade, legislação fiscal e órgãos reguladores	Registro das transações financeiras ocorridas
CONTABILIDADE GERENCIAL	Interno	Auxiliar a administração na tomada de decisões	Determinados pela administração	Utilização de todos os dados disponíveis que sejam de interesse da administração

Fonte: adaptado de CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (1997, p. 20)

A informação gerada pela contabilidade gerencial é considerada mais subjetiva e facultativa, enquanto a financeira é mais objetiva e precisa. A informação financeira, por ter

como público alvo os usuários externos (bancos, acionistas entre outros), é uma informação que deve obedecer padrões determinados pela legislação e pelos princípios de contabilidade. Já a contabilidade gerencial, por não ter que seguir normas e princípios específicos, torna-se mais subjetiva, obedecendo os princípios determinados pela administração.

2.4 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade possui importância estratégica para avaliar o desempenho interno da organização pois trata de um produto cada vez mais valorizado: a Informação. Sendo a informação, um fator vital para as empresas, a contabilidade deve se manter ajustada a essa necessidade. No entanto a informação financeira possui limitações. Guerreiro (1993, p.12 *apud* SANTOS, 1999) cita entre outras limitações, os valores históricos defasados, a utilização de moedas de diferentes poder aquisitivo (épocas distintas), reconhecimento da receita apenas na ocasião da venda.

A informação gerencial contábil é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas. [...] a informação gerencial contábil tem sido financeira, isto é, tem sido denominada em moedas tais como dólares ou francos. Entretanto, recentemente, a informação gerencial contábil foi ampliando-se para incluir informações operacionais ou físicas (não financeiras), tais como qualidade e tempo de processamento, tanto quanto informações mais subjetivas como mensurar o nível de satisfação dos clientes, capacitação dos funcionárias e desempenho do novo produto. (ATKINSON et al, 2000 p. 36)

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 40) o objetivo da contabilidade para uma entidade é a geração de informações para os usuários interessados. As informações geradas pela contabilidade financeira devem obedecer aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. É importante ressaltar, como citado anteriormente, a Contabilidade Gerencial não precisa obedecer aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 102) a informação contábil deve satisfazer a todos os usuários não podendo privilegiar a nenhum deles. A informação contábil podem ser de natureza qualitativa e quantitativa. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 29) “o atributo quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores, o que demanda que a Contabilidade assuma posição sobre o que seja ‘Valor’”. Segundo o CFC (2000) as informações qualitativas ficam melhor evidenciadas em notas explicativas, demonstrativos suplementares e o parecer do auditor.

O Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (1997, p. 23) classifica a informação na empresa em três tipos: Operacional, Legal e Gerencial. A Informação Operacional é utilizada nos processos das atividades da empresa. São informações para um momento específico. A Informação Legal visa atender a legislação vigente. Já a Informação Gerencial atende as necessidades dos tomadores de decisões, é a informação que atende ao nível intermediário, composto da gerência e chefia. Esse tipo de informação precisa ser mais detalhada do que a informação para outros níveis da empresa, para possibilitar a tomada de decisão.

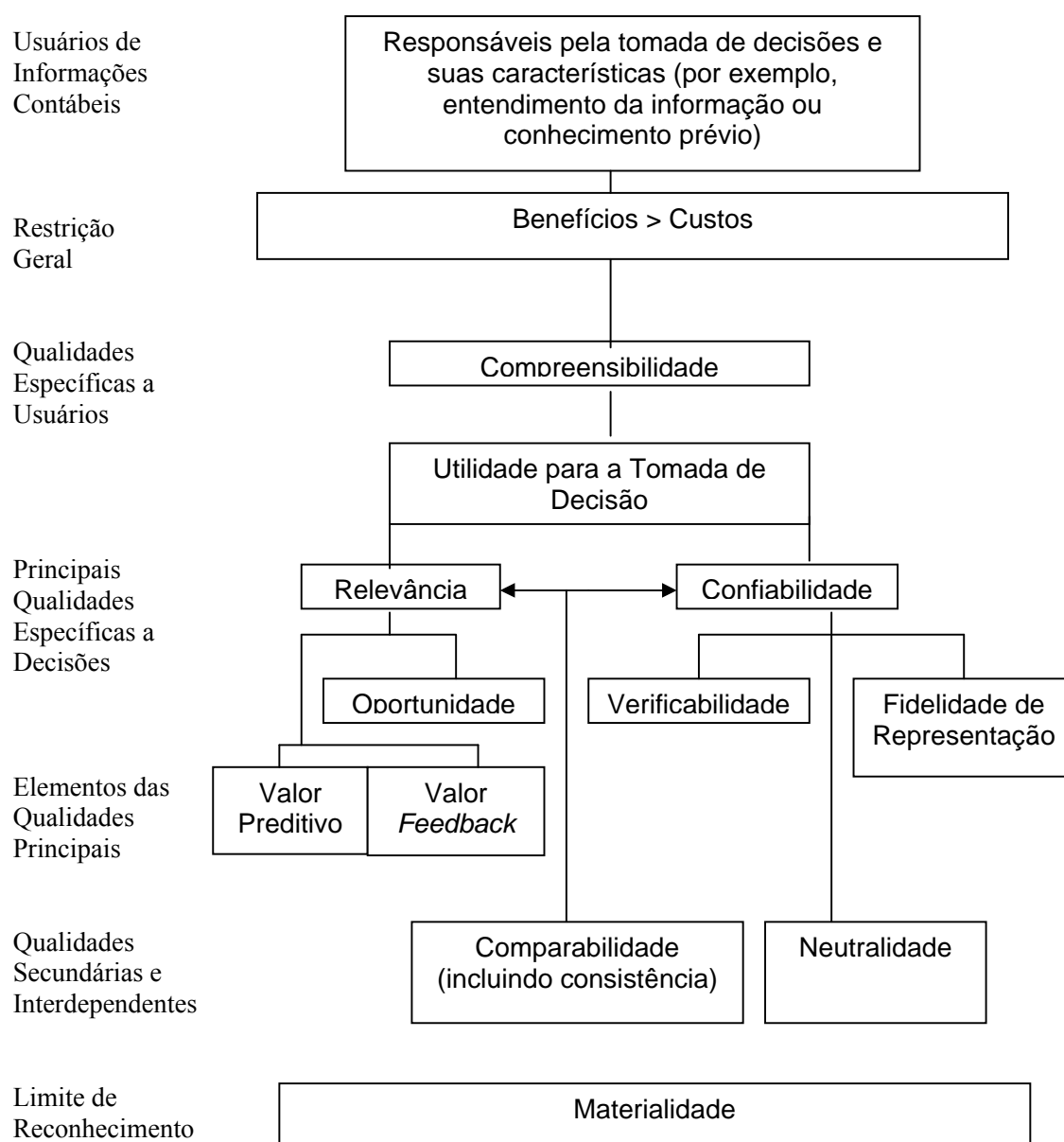
Segundo Beuren (1998, p. 43) “o desafio maior da informação é o de habilitar os gestores a alcançar os objetivos propostos para a organização, por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis.” E para alcançar estes objetivos, as informações precisam ter qualidade. Deve-se levar em consideração que se tratando de informação, quantidade não está relacionada com qualidade.

2.4.1 A qualidade da informação

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 90) as características qualitativas são: duração (ou sobrevivência à passagem do tempo), generalidade (aplicável à todas as entidades contábeis) e

viabilidade (capacidade de aplicação e verificação objetiva). Hendriksen e Breda (1999) enfatizam que algumas qualidades serão diferenciadas para os usuários e para as decisões como por exemplo no caso da relevância.

Figura I: Uma Hierarquia de qualidades em contabilidade



Fonte: HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

Assim ressalta-se as seguintes considerações:

- **Custo-benefício**

Apesar de todas as dificuldades, a informação deve ter benefícios maiores que o seu custo. Algumas vezes é simples obter dados e elaborar certo relatório, outras vezes necessita-se de sistemas de custo elevados ou até mesmo é necessário utilizar tempo e designar pessoas para a geração dessas informações. Por isso deve-se avaliar a real necessidade em contrapartida do custo de obtenção dessa informação. Iudícibus e Marion (1999, p. 63) salientam que através das qualidades ou características da informação pode-se avaliar seu benefício.

- **Compreensibilidade**

A compreensibilidade diz respeito a relação usuário e informação. Para tanto é necessário que o usuário disponha de conhecimentos básicos de contabilidade e em relação às atividades da empresa. Para o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 103) a informação deve ser clara e objetiva para que seja possível a compreensão do usuário.

- **Relevância**

A relevância da informação para decisões está relacionada a capacidade de fazer a diferença, ajudando o usuário a utilizá-la como valor preditivo, valor de *feedback* e de ser oportuna. O valor preditivo, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 97), é o valor de auxílio ao usuário em prever o resultado de eventos passados ou presentes e o valor de *feedback* é a capacidade de retratar expectativas anteriores. A oportunidade está relacionada com a relevância pelo fato de não ser relevante a informação que não é oportuna. Hendriksen e Breda (1999, p. 99) dizem que “não é possível haver relevância sem oportunidade”. Para Iudícibus e Marion (1999, p. 64) é relevante quando é útil e influencia na tomada de decisões.

- **Confiabilidade**

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 99) a qualidade de confiabilidade é composta por fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade. A informação é confiável quando representa fielmente os fenômenos. Essa fidelidade muitas vezes pode não ser tão bem representada na contabilidade e para esses casos a verificabilidade exerce um papel importante. No caso da depreciação, o valor é estimado, não pode-se dizer que representa fielmente, mas pode-se verificar se o valor calculado é verdadeiro e condiz com o cálculo efetuado. A neutralidade busca garantir que a informação seja razoavelmente livre de erro e viés. O Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 103) cita que a informação precisa ser confiável para ser utilizada como base de decisões. Iudícibus e Marion (1999, p. 64) enfatizam que para ser útil a informação precisa ser confiável.

- **Comparabilidade**

A comparabilidade, para Hendriksen e Breda (1999, p. 101), consiste na informação uniforme e consistente. Ou seja, para ser uniforme, os relatórios de uma entidade deve se comparável com de outras e com os de outros períodos. Para isso, os eventos iguais de empresas diferentes, devem ser representados da mesma maneira. A consistência significa usar os mesmos procedimentos contábeis, em uma empresa, para diferentes períodos e para casos semelhantes no mesmo período.

- **Materialidade**

A informação é considerada material caso seja importante para o usuário. No entanto, como citado anteriormente, tanto o excesso quanto a falta, prejudicam a utilização das

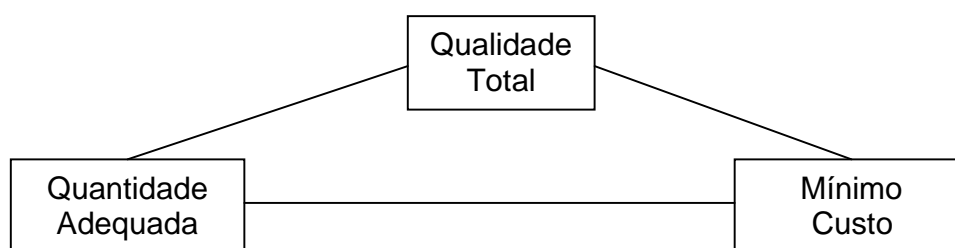
informações. Portanto a necessidade do usuário é que irá determinar a materialidade da informação.

Cautela e Polloni (1988, p. 22 apud PADOVEZE, 1997, p. 49) “a informação contábil deve ser clara, precisa, rápida e dirigida.” Bio (1985, p. 121 apud PADOVEZE, 1997, p. 49) descreve como características qualitativas da informação a comparabilidade, confiança, geração da informação em tempo hábil, nível de detalhamento adequado e relevância.

A maioria dos autores descrevem como qualidade da informação a confiabilidade, a compreensibilidade, a relevância e a comparabilidade. Na utilização da informação para a tomada de decisões, a confiança é primordial. A informação deve ser compreensível para a correta interpretação do que é informado.

Oliveira (1993, p. 113) apresenta o seguinte tripé da qualidade da informação, nele o autor demonstra que para obter a qualidade total da informação, esta deve ser apresentada na quantidade adequada e com o mínimo custo.

Figura II: Tripé da Qualidade da Informação



Fonte: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de Informações Gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

De acordo com Santos (1999, p. 7-8) “os dirigentes empresariais se queixam da qualidade e, principalmente, da oportunidade das informações sobre o desempenho econômico-financeiro, fornecidas essencialmente pela contabilidade.” Com o mercado cada vez mais competitivo, os

administradores buscam alcançar lugar de destaque para suas empresas, e para isso é necessário que eles disponham de informações de qualidade.

2.4.2 Os relatórios contábeis legais

Marion (1995, p. 51) define relatório contábil como uma “exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade.” Essa exposição é feita de forma estruturada e serve de informação para os usuários da contabilidade. Iudícibus et al (1998, p. 27) ressalta que o método contábil possui algumas limitações como a capacidade de registrar normalmente apenas eventos mensuráveis em moeda. Sabe-se que muitos eventos não quantitativos são importantes para a tomada de decisão.

Os relatórios contábeis demonstram para os usuários os principais fatos ocorridos na Entidade durante certo período de tempo. Alguns desses relatórios são obrigatórios pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76): Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (obrigatórias apenas para Sociedades Anônimas de Capital Aberto). Os relatórios complementares são: Relatório da Diretoria ou da Administração, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, entre outros.

2.4.2.1 O Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial expressa os elementos financeiros e patrimoniais. Nele estão representados as aplicações e as origens de recursos, ou seja, o Ativo e o Passivo da Entidade. As contas do Ativo são evidenciadas em ordem decrescente de liquidez e as contas do Passivo, em ordem decrescente das exigibilidades. De acordo com Marion e Iudícibus (1999, p. 183) “o balanço patrimonial é a mais importante demonstração contábil de posição das contas num determinado momento.” Segundo os autores este tipo de relatório possibilita ao usuário obter informações do tipo: posição de liquidez e endividamento; representatividade dos principais grupos patrimoniais; entre outras.

2.4.2.2 A Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia o resultado líquido do exercício. Este resultado está evidenciado nas Receitas e Despesas. Assim da Receita Bruta são deduzidos os Custos formando o Resultado Bruto. Na seqüência são deduzidas as Despesas Operacionais, obtendo assim o Lucro Operacional. Em seguida são listadas os valores dos Resultados Não-Operacionais, chegando-se assim ao Resultado do Exercício antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda. Por último são deduzidos os valores da Provisão para CSLL, da Provisão para Imposto de Renda e das Participações nos Lucros, obtendo-se assim o Resultado do Exercício (NEVES e VICECONTI, 2003). Segundo Marion e Iudícibus (1999, p. 195) “esta é a principal demonstração de fluxos”, ou seja, representa o resultado obtido durante um determinado período.

2.4.2.3 A Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados

O objetivo da Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados (DLPA) é demonstrar os eventos que modificaram o saldo da conta Lucro ou Prejuízos acumulados. Esta demonstração está contida na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.4.2.4 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tornou-se obrigatória, para as companhias abertas, a partir da instrução nº 59/86 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Esta demonstração, conforme Marion e Iudícibus (1999, p. 203) “evidencia a movimentação, no período, de todas as contas do PL”. Segundo os autores, é uma demonstração muito importante como fonte de informação para as empresas investidoras que avaliam os investimentos em coligadas e controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Além de possibilitar a visualização dos aumentos e diminuições do capital e de outras contas do patrimônio líquido.

2.4.2.5 A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) identifica as modificações que ocorreram na posição financeira de curto prazo. Assim são evidenciados os ingressos de novos recursos, os que foram gerados pelas operações e como eles foram aplicados. O aumento ou a diminuição no CCL (Capital Circulante Líquido) é a representação do excesso ou insuficiência dos recursos de curto prazo (NEVES e VICECONTI, 2003)

De acordo com a Lei das S.A., a publicação desses relatórios deve ser feita em um jornal de grande circulação e no Diário Oficial. As Sociedade Limitadas não são obrigadas a publicar suas demonstrações.

2.4.3 Os relatórios contábeis gerenciais

Shank e Govindarajan (1997, p.178 *apud* SANTOS, 1999) dizem que os relatórios contábeis legais não evidenciam nada mais que o resultado financeiro, ao invés de também mostrar as causas de tal situação. Para o usuário interno, a informação vai além dos relatórios tradicionais gerados para a Contabilidade Financeira (Geral).

Oliveira (1993, p. 179) define relatórios gerenciais como “documentos que consolidam de forma estruturada, as informações para o tomador de decisões.” De acordo com o autor a estruturação de relatório gerencial deve ser composta basicamente por números, relativos ao período anterior, o atual e o resultado desejado; por gráficos para uma melhor visualização; por comentários, como forma de esclarecimento do assunto; e pelas decisões e resultados alcançados e desejados.

Figura III: Relatório Gerencial (modelo geral)

PLANOS	RELATÓRIO GERENCIAL (MODELO GERAL)	DATA	Nº
ÁREA:			
ASSUNTO:			
NÚMEROS			
GRÁFICOS			
COMENTÁRIOS			
DECISÕES/AÇÕES		RESULTADOS	

Fonte: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de Informações Gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

Os relatórios gerenciais auxiliam a administração por estarem voltadas para o futuro.

Abrangem várias áreas da empresa, e por serem flexíveis podem ser elaborados de acordo com a

necessidade de cada usuário. Neto (1998, p. 71) cita como algumas das demonstrações gerenciais, a evolução das receitas, custos, despesas e resultados ao longo do tempo.

Iudícibus (1998, p. 285) descreve alguns relatórios que auxiliam a administração:

- Relatórios diários (Ex.: posição de bancos, de duplicatas em carteiras, de produção, posição de itens estratégicos de estoques etc.)
- Relatórios semanais (Ex.: produção da semana comparada com a previsão, faturamento comparado com o previsto etc.).
- Relatórios quinzenais (vários do tipo supracitado).
- Relatórios mensais: balancetes resumidos para a administração, comparando o orçamento com o realizado e com o realizado no mesmo mês do ano anterior. Balanço e Demonstrativo de Resultados mensal, Alterações na Posição de Capital de Giro Líquido etc., Relatórios de Desempenho Departamental etc.
- Relatórios trimestrais, quadrimestrais e semestrais.
- Relatórios anuais: balanço, variações patrimoniais, fluxo de fundos, Análise Financeira, Análise de Custos etc.

As informações diferem dependendo dos níveis da administração. Iudícibus (1998, p. 284) cita que para o alto nível de gerência a informação necessária é a informação estratégica. São informações referentes à metas e políticas de mercado e vendas, ao endividamento da empresa entre outras. Para os outros níveis as informações podem ser mais detalhadas e específicas para cada área de controle, isto é, o supervisor de uma determinada área necessita de informações sobre o setor que está sob sua responsabilidade.

Existem diversos instrumentos de informação econômico-financeira que auxiliam os gestores no acompanhamento, controle das operações da empresa e como informação para a tomada de decisão. Estes instrumentos são específicos para cada empresa, de acordo com a situação e a forma de gestão adotada. Dentre estas ferramentas pode-se destacar algumas tradicionais: o controle de estoques, a análise de balanços, o orçamento empresarial, o cálculo do custo do produto/serviço, a análise da margem de contribuição, o cálculo ponto de equilíbrio, o fluxo de caixa, a formação do preço de venda, o controle e conciliação bancária, a análise do capital de giro, o controle de contas a receber e a pagar, a análise dos investimentos entre outros.

2.4.3.1 Análise do Capital de Giro

Blecke (1978, p. 221) define capital de giro como o montante de capital à disposição da firma, se todas as dívidas correntes fosse liquidadas num dado momento. Ou seja, a diferença entre o ativo circulante e o exigível circulante, os recursos que circulam ou giram na empresa em determinado período de tempo. Este é apenas um entre vários índices que possibilitam a análise do capital de giro. Sendo assim a administração do capital de giro está relacionada com o fluxo de caixa da empresa.

2.4.3.2 Fluxo de Caixa

Através do fluxo de caixa, pode-se evidenciar a situação financeira da empresa num determinado período de tempo. Para Blecke (1978, p. 78), o fluxo de caixa mede o movimento de recursos monetário, indicando o volume total de fundos disponíveis, num certo período de tempo, sendo que estes fundos são utilizados para expansão das instalações, pagamento de dívidas e dividendos. Portanto é um instrumento importante, pois possibilita ao gestor, visualizar antecipadamente as necessidades ou sobras de recursos.

2.4.3.3 Controle de Estoques

Em empresas que trabalham com estoques de produtos, é necessário possuir um controle sobre eles. Para Marion (1995, p. 268) se o controle fornecer de forma permanente o valor dos estoques, a qualquer momento que se observar a ficha têm-se o inventário permanente. Desta forma têm-se um maior controle do volume de recursos investidos em estoques. Essa informação

é importante para o gerenciamento do capital de giro, pois para atender a demanda de clientes a empresa necessita controlar seus estoques. Outra informação que resulta do controle de estoques é sobre o custo/benefício de determinado produto.

2.4.3.4 Cálculo do Custo do Produto ou Serviço

Através do cálculo do Custo do produto ou serviço, os gestores podem avaliar mais precisamente informações voltadas para preço, viabilidade econômica, lucratividade do produto/serviço (SANTOS, 2001, p.162).

Os contadores normalmente definem custo como um recurso sacrificado ou de que se abre mão para um determinado fim. Muitas pessoas consideram custos como quantias monetárias (como dólares, pesos, libras ou ienes) que devem ser pagos na obtenção de mercadorias ou serviços. (HORNGREN, et al, 2000, p. 19)

Portanto para várias decisões é importante o conhecimento do custo de certo produto/serviço. Além de que para manter-se competitiva no mercado, as empresas devem buscar reduzir seus custos.

2.4.3.5 Análise de Balanços

A análise de balanços é uma comparação de valores de certas operações e períodos para que se possa projetar o futuro baseado no passado (NETO, 1998, p. 77). Assim são analisadas as demonstrações contábeis comparando os resultados um certo padrão estimado. Ou seja, compara-se o que aconteceu com o que deveria ter acontecido, o que foi planejado.

2.4.3.6 Orçamento Empresarial

Para Anthony (1976, p. 293), todas as administrações fazem planejamentos, o que difere é o modo que como estes planos são feitos:

Algumas pessoas fazem seu planejamento mentalmente, outras fazem anotações e estimativas imperfeitas nas costas de envelopes usados e ainda outras expressam seus planos em termos quantitativos e os confiam ao papel em algum estilo ordenado, sistemático.

Portanto o orçamento é utilizado para o planejamento, para o controle e para a coordenação empresarial. Mas não só para prever o que vai acontecer e controlar o que está acontecendo. O orçamento também é uma ferramenta que possibilita o gestor estabelecer e coordenar os objetivos para qualquer área da empresa (PADOVEZE, 1997, p. 333).

2.4.3.7 Análise da Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio

Blecke (1978, p. 105) define margem de contribuição como “o valor líquido obtido após serem subtraídos os custos variáveis da receita de vendas”. Vendas elevadas geralmente produzem, margens de contribuição maiores cobrindo os custos fixos e gerando lucros, e vice-versa. Assim pode ser calculada a margem de contribuição tanto para setores de produção, como para filiais, como por produtos ou serviços, facilitando e auxiliando o gestor no hora de decidir pelo produto/serviços de maior margem de contribuição.

O ponto de equilíbrio é representado pelo ponto onde receitas e custos/despesas se igualam, gerando um lucro zero (HORNGREN, et al, 2000, p. 45). Sendo assim, através da análise do Ponto de Equilíbrio, pode-se verificar o comportamento do lucro em relação a um determinado volume de venda e dos custos de determinado período.

2.4.3.8 Formação do Preço de Venda

A formação do preço de venda é de uma importância vital para as empresas, pois dele dependerá a geração de lucro, através da cobertura dos custos. Com a economia globalizada e o mercado cada vez mais competitivo, não é uma tarefa fácil determinar o preço de venda de produtos/serviços.

De acordo com Santos (2001, p. 202) as técnicas variam de acordo com o porte da empresa, do setor da atividade e das condições do mercado em que ela atua. Mas na maioria dos casos a base é o custo.

2.4.3.9 Controle e Conciliação Bancária

As contas bancárias, por possuírem as movimentações financeiras da empresa, necessitam de um acompanhamento constante. Assim a empresa consegue ter um maior controle de todas as entradas e saídas de recursos nas contas bancárias (MARION, 1998, p. 242).

2.4.3.10 Controle de Contas a Receber e a Pagar

Contas a receber são os créditos que a empresa tem para receber de seus clientes, sendo sua principal fonte de recursos para o pagamento das obrigações par com fornecedores, governo, funcionários e acionistas (FERREIRA, 1999, p. 12). Portanto a liquidação destas contas é a principal fonte de recursos de muitas empresas.

Contas a pagar são as compras a prazo de matérias-primas para utilização das indústrias, ou mercadorias para venda no comércio (MARION, 1998, p. 317). Isto é, são os débitos da empresa para com seus fornecedores.

Portanto tanto o contas a receber quanto o contas a pagar deve ser gerenciado com o fluxo de caixa para que não haja desembolsos excessivos de recursos em certas datas.

2.4.3.11 Análise dos Investimentos

Investimento é toda aplicação realizada pela empresa com o objetivo de obter lucro (retorno). Assim, Marion (1995, p. 488) afirma que retorno é o lucro obtido pela empresa. Portanto a tendência é o empresário decidir pelo investimento que lhe trará maior retorno. Conforme Sanvicente (1987, p.35) os métodos de avaliação de alternativas de investimentos são: período de recuperação do investimento (*payback*); taxa média de retorno; valor atual líquido; taxa interna de retorno.

Portanto, é importante o contador ter conhecimento das necessidades dos usuários para elaborar os relatórios e informações. Não é necessário elaborar uma quantidade enorme de relatórios ou que eles sejam extensos, o importante é atender a necessidade e as características qualitativas da informação, ou seja, a relevância, confiabilidade, comparabilidade e a compreensibilidade.

2.4.4 O sistema de informações gerenciais

De acordo com Oliveira (1993, p. 39) “sistema de informações gerenciais é o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, bem como proporcionam a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.” Os sistemas de informações podem auxiliar as empresas a sanarem vários problemas com as

informações, entre eles a tempestividade dos relatórios. Um sistema bem planejado e estruturado é de vital importância para a obtenção das informações para a tomada de decisão.

Para Crepaldi (1998, p. 18), a contabilidade gerencial está “voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.” A contabilidade gerencial é um instrumento de controle da administração, que através de um sistema de informações eficaz, gera informações para diferentes decisões.

Segundo Horngren, et al (2000, p.2) o sistema contábil é o sistema mais confiável de informação quantitativa na maioria das organizações. As informações fornecidas pelo sistema devem atender aos seguintes objetivos:

- Formulação das estratégias gerais e dos planos de longo prazo;
- Decisões de alocação de recursos com ênfase no produto e no cliente;
- Planejamento e controle de custo das operações e atividades;
- Mensuração da performance e avaliação das pessoas; e
- Adequação com a regulamentação externa e as exigências legais de publicação dos demonstrativos.

Assim, as informações devem dar suporte para o desenvolvimento de novos produtos, decisão de investimentos, rentabilidade de produtos e serviços, relatórios de receitas e custos, e relatórios comparativos de resultados planejados com os obtidos. Como os objetivos e as finalidades de uso dos relatórios são divergentes, o contador e os responsáveis pela geração dos

relatórios, devem estar ciente de quais são estes objetivos. Desta forma o contador desempenha um papel fundamental na ligação entre a informação e a gerência da empresa.

2.4.5 O papel do contador como transmissor de informações

O papel do contador no Brasil ainda está em transição diante do cenário competitivo das empresas. Desde o início dos tempos essa é a realidade. O que mudou no ambiente empresarial é a forma como os dados colhidos pela contabilidade são utilizados.

A informação contábil precisa atender primariamente a dois pressupostos básicos, para que tenha validade integral no processo de gestão administrativa: a) sua necessidade como informação; b) seu planejamento e controle. A informação deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para consumo.[...] Cabe a nós, contadores gerenciais, construir essa mercadoria com qualidade e custos competitivos, já que temos plena consciência de sua utilidade e, portanto, de sua extrema necessidade para o gerenciamento dos negócios. (PADOVEZE, 1997, p. 38)

De acordo com o Neto (1998, p. 71), “a criatividade dos dados processados pela escrituração contábil é, hoje, cobrada dos profissionais acusados de só trabalharem para atender ao fisco.” Iudícibus e Marion (1999, p. 43) dizem que o maior problema está na pequena empresa, em que a função do contador ainda é vista como quase exclusivamente para atender ao fisco.

Iudícibus (1998, p. 23) diz que o contador gerencial deve ter uma formação bastante ampla. Deve possuir alguns conhecimentos, por exemplo: como alcançar os objetivos com métodos quantitativos; alguns conceitos de microeconomia; e quais as necessidades de informação dos administradores.

O responsável pela divulgação da informação deve saber a finalidade das informações por ele reunidas para ter a capacidade de gerar informações com qualidade, conforme Gray e Johnston (1977, p. 30). Assim o contador deve ter conhecimento das funções administrativas para conhecer quais as informações serão necessárias para cada tipo de decisão.

Para Padoveze (1997, p. 49) “O contador nunca deve impor sua visão da informação que está fornecendo. Sua obrigação é fornecer o que pedem, do jeito que pedem. Se consultado, ele pode opinar, nunca impor.” Assim o contador atua como um coadjuvante e deve tomar sempre o cuidado para não influenciar na informação que está oferecendo.

Por isso destaca-se a necessidade da atualização do profissional contabilista.

No momento, no Brasil, a realidade não é tão positiva. Porém, está mudando muito rapidamente e com certeza surpreenderá a muitos. A vinda de empresas estrangeiras para o Brasil trouxe e ainda trará muitas oportunidades aos profissionais da Contabilidade. O processo da Globalização é um caminho sem volta. No Caso do Paraná, muitas empresas têm aqui se instalado em função da florescente indústria automobilística, abrindo novas perspectivas aos profissionais da área contábil, além do desenvolvimento e crescimento das empresas locais.(MARION, 2000, p. 1)

Há uma preocupação com o aperfeiçoamento da profissão contábil. Com o mercado globalizado, é praticamente questão de sobrevivência, a constante atualização e capacitação dos profissionais contábeis. É fundamental a aprendizagem contínua, através de cursos de extensão e pós-graduação, para conseguir acompanhar a evolução do mercado de trabalho e para acompanhar os avanços tecnológicos. O contador necessita cada vez mais agregar valor aos seus serviços, mantendo-se sempre atualizado, para que possa se tornar um profissional informado e respeitado.

As tomadas de decisões geralmente baseiam-se em relatórios elaborados pela contabilidade. Portanto é importante que as pessoas responsáveis por elaborá-los, estejam capacitadas para fornecer informações adequadas e tenham conhecimento do processo e das operações da empresa. Assim o papel do contador como transmissor da informação para a administração, cresce à medida que, tanto a gerência quanto o profissional contábil, percebem essa importante contribuição no auxílio a tomada de decisão.

2.5 PROCESSO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Para Neves e Viceconti (2003, p. 22) “gestão é o conjunto dos acontecimentos verificados na entidade, sejam fatos contábeis ou meramente atos administrativos”. Em muitas organizações, conforme cita Horngren, et al (2000, p. 3), existe a gerência operacional e a gerência administrativa. A gerência operacional está ligada diretamente aos objetivos da organização, enquanto a gerência administrativa serve de apoio à gerência operacional.

As funções básicas do administrador, citadas por Chiavenato (1993, p. 248) são: planejamento, organização, direção e controle, que quando consideradas como um conjunto, formam o processo administrativo e quando consideradas isoladas, são funções administrativas. Ou seja, o processo administrativo é formado pelas funções administrativas.

Para Horngren, et al (2000, p. 3) os elementos do controle gerencial, planejamento e controle estão interligados. Os autores definem “planejamento como a escolha de metas, a previsão de resultados sobre vários caminhos de obtenção dessas metas e, por conseguinte, a decisão de como atingir as metas desejadas”. Já o controle avalia a ação das decisões planejadas e o desempenho destas. Ou seja, no planejamento decide-se sobre os objetivos, define-se o plano e programa-se as atividades, já no controle, define-se os padrões para medir o desempenho, corrige-se os erros para garantir que o planejamento seja realizado.

Os gestores são os clientes da contabilidade e conforme citado por Horngren, et al (2000, p. 3), “a contabilidade gerencial existe à medida que há uma melhora nas decisões tomadas pelos gestores que têm a posse da informação.” Desta forma a contabilidade gerencial contribui para o processo de gestão empresarial (planejamento, organização, direção, e controle) fornecendo informações claras, precisas, suficientes e em tempo real que permitam tomar decisões eficientes.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Serão caracterizadas micro e pequenas empresas e as diferentes formas de enquadramento. Apresenta-se algumas características do município de Florianópolis. Em seqüência foi caracterizada as empresas pesquisadas, a gerência e descrito os instrumentos de informação econômico-financeira. Em seguida foi analisado se os relatórios gerados atendem às necessidades do gestores. A apresentação das empresas é feita de forma geral para que caracterize o perfil das empresas. Para a referida pesquisa não foi mencionado os nomes das empresas por não se relacionar com o objetivo da pesquisa.

3.1 MICRO E PEQUENA EMPRESA

Existem vários critérios para definir o porte da empresa. De acordo com o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (artigo 2, incisos I e II, da Lei 9.841/99), Microempresa é a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais.). A Empresa de Pequeno Porte é a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver a receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais.) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais.).

O SEBRAE adotou o critério de classificar as empresas de acordo com seu número de empregados: Microempresa Indústria: até 19 empregados, Microempresa Comércio/Serviço: até 9 empregados; Empresa de Pequeno Porte Indústria: de 20 a 99 empregados, Empresa de Pequeno Porte Comércio/Serviço: de 10 a 49 empregados.

Quadro II - Definição de micro e pequenas empresas

Critério de Enquadramento		Valor da Receita Anual	Número de Pessoas Ocupadas
Lei 9.841/99	MICROEMPRESA	Até 244 mil reais	
	EMPRESA PEQUENO PORTE	De 244 mil reais a 1,2 milhões de reais	
SEBRAE	MICROEMPRESA		Até 9
	EMPRESA PEQUENO PORTE		De 10 a 49

Fonte: adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2003, p. 17

Segundo dados do SEBRAE (1995), no Brasil, as Micro e Pequenas Empresas representavam em 1995 em torno de 4 milhões de estabelecimentos, gerando 30% do Produto Interno Bruto (PIB). Empregando 30 milhões de empregados o que representa 50% da população ativa. Em Santa Catarina, no mês de abril de 2004, de acordo com dados da Junta Comercial, foram registradas 1.759 Micro e Pequenas Empresas. Comparando com o registrado em janeiro de 2004, 1.136, houve um crescimento de 54,8%. De acordo com o SEBRAE (1998), o número total de micro e pequenas empresas no Estado era de 202.587 representando 99,1% do total de empresas.

Estes dados demonstram a importância que possuem as micro e pequenas empresas no cenário econômico, representando o maior número de empresas entre os portes classificados.

Quadro III - Distribuição das Empresas Industriais, Comerciais e de Serviços por porte e setor (SC)

		Porte Empresarial						Total	
		MPE (1)		MDE(2)		GE(3)			
Setor de Atividade	Composição %	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Industria	19,3	38.816	98,6	480	1,2	87	0,2	39.383	100,0
Comércio	43,0	87.641	99,7	190	0,2	90	0,1	87.921	100,0
Serviço	37,7	76.130	98,8	453	0,6	464	0,6	77.047	100,0
Total	100,0	202.587	99,1	1.123	0,6	641	0,3	204.351	100,0

Fonte: SEBRAE/SC, 1999 <www.sebrae.com.br>

No entanto, segundo pesquisa do SEBRAE (1999) de cada 10 empresas que “nascem” em Florianópolis, quase 6 delas permanecem abertas após 1 ano de atividade. E, a medida que passam os anos o percentual de empresas fechadas aumenta, podendo chegar, após 3 anos a uma estimativa máxima de até 63% . Sendo que essa taxa refere-se somente à empresas formalmente constituídas, o que provavelmente aumentaria a taxa, pois a atividade produtiva informal parece possuir um padrão de desempenho mais instável. “Os problemas mais comuns lembrados pelos empresários dizem respeito a falta de capital de giro , falta de clientes, problemas com mão de obra, carga tributária elevada, forte concorrência e aos maus pagadores” (SEBRAE, 1999).

De acordo com o SEBRAE (1999), em geral nas micro e pequenas empresas, a tomada de decisão para a formulação de uma estratégia empresarial está a cargo de uma pessoa, o seu dono. Neste contexto, por não estarem preparadas, a maioria das pessoas que gerenciam as micro e pequenas empresas possuem conhecimentos reduzidos referente às oportunidades e ameaças do ambiente externo, ignorando esses fatores no processo de tomada de decisão.

A micro e pequena empresa tem características particulares, como por exemplo, enquanto em uma grande empresa existe a divisão de setores como compras, vendas, nas pequenas empresas esta divisão é impraticável, pois podem não possuir pessoas em quantidade suficiente para que se permita a divisão de poderes para o processo de tomada de decisão, ficando esta função como responsabilidade do proprietário. Na maioria das vezes, este acumula as funções técnicas, operacionais e administrativas da empresa, tendo, portanto, características pessoais, técnicas e profissionais sem limites definidos de abrangência, resultando, desta maneira, diferenças e peculiaridades para cada empreendimento. Isto faz com que o processo de tomada de decisões do empreendedor não seja padronizado e planejado.

No mundo globalizado é fundamental que as empresas se mantenham competitivas. As micro e pequenas empresas que desejam ampliar seus negócios podem utilizar a informação

contábil como uma ferramenta para seu crescimento. Para a adaptação às novas realidades, é necessária uma mudança na forma de gestão empresarial das micro e pequenas empresas.

3.2 MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (<http://www.pmf.sc.gov.br/cidade.htm>), o município destaca-se como centro regional, na prestação de serviços e no comércio. Portanto o predomínio é de empresas de prestação de serviços e comerciais.

Quadro IV - Composição do PIB, Empregos e Setores de Atividade Econômica em Florianópolis -2000.

Setores	PIB (R\$ milhões)	%	Empregos	%
Indústria	253.766.794	6,04	4.681	5,85
Comércio	1.156.655.600	27,53	15.183	18,96
Serviços	2.777.990.130	66,12	46.608	58,20
Outros	13.024.455	0,31	13.607	16,29
Total	4.201.436.979	100	80.079	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (<http://www.pmf.sc.gov.br/cidade.htm>)

3.3 DADOS DAS EMPRESAS

Foram enviados questionários (apêndice) para 19 empresas, deste total, apenas 9 empresas responderam a pesquisa. Das empresas participantes, 7 são micro empresas e 2 são empresas de pequeno porte, conforme evidenciado na Tabela I. Portanto a pesquisa é composta de 77,78% de micro empresas.

Tabela I – Porte das Empresas Pesquisadas

PORTE DA EMPRESA	Lei 9.841/99	Nº Empresas	%
Microempresa (Me)	Até 244 mil reais	7	77,78
Empresa de Pequeno Porte (Epp)	De 244 mil reais a 1,2 milhões de reais	2	22,22
TOTAL		9	100

Fonte: a autora

A maioria das empresas, o equivalente a 66,67% do total, possuem de 0 à 5 empregados, conforme mostrado na Tabela II. Portanto fica evidente, que, da amostra pesquisada, as empresas caracterizam-se por possuírem poucos empregados.

Tabela II – Número de Empregados

Nº EMPREGADOS	Nº Empresas	%
0 à 5	6	66,67
6 à 10	2	22,22
11 à 15	1	11,11
TOTAL	9	100

Fonte: a autora

Conforme, delimitado no tema, as empresas que foram objeto de estudo, possuem atividade comercial e de prestação de serviços. Conforme verificado na Tabela III, a maioria (66,67%) possui atividade comercial.

Tabela III– Atividade Empresarial

ATIVIDADE	N° EPP	N° ME	Total	%
Comercial	1	5	6	66,67
Serviços	1	2	3	33,33
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

Verificando a Tabela IV, percebe-se que quase a totalidade das empresas pesquisadas, possuem escrituração contábil, sendo apenas 1 que utiliza somente o Livro caixa. Assim as empresas que possuem escrituração contábil possuem mais qualidade nas informações geradas.

Tabela IV – Forma de Registro Contábil

	N° EPP	N° ME	Total	%
Escrituração Contábil	2	6	8	88,89
Livro Caixa	0	1	1	11,11
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

Todas as empresas, que responderam a pesquisa, são tributadas pelo Simples. De acordo com a Lei 9.317/96, a micro empresa que tenha como receita bruta, no ano anterior, igual ou inferior a 120.000,00 e a empresa de pequeno porte com receita bruta, do ano anterior, superior a 120.000,00 e inferior a 720.000,00, pode optar pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições).

Tabela V – Forma Tributária

FORMA TRIBUTÁRIA	N° EPP	N° ME	Total	%
Simples	2	7	9	100
Lucro Presumido	0	0	0	0
Lucro Real	0	0	0	0
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

Verifica-se na Tabela VI, que mais da metade (66,67%) das empresas estão em expansão moderada, e apenas 11,11% não tem expectativa de evolução em seus negócios. Percebe-se que a maioria dos micro e pequenos empresários tem expectativa moderada de evolução dos seus negócios.

Tabela VI – Expectativa de Evolução do Negócios

EXPECTATIVA	N° EPP	N° ME	Total	%
Em Expansão	0	2	2	22,22
Expansão Moderada	2	4	6	66,67
Não tem Expectativa	0	1	1	11,11
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

3.4 DADOS DA GERÊNCIA

Verificando os dados da Tabela VII, verifica-se que em 44,45% do total, os gerentes estão na função dentre 6 a 10 anos. E em contraste, apenas 11,11% do total, estão na função há mais de 10 anos.

Tabela VII – Tempo na função

TEMPO NA FUNÇÃO	Nº EPP	Nº ME	Total	%
zero a 1 ano	1	0	1	11,11
2 a 3 anos	0	1	1	11,11
4 a 5 anos	0	2	2	22,22
6 a 10 anos	1	3	4	44,45
mais de 10 anos	0	1	1	11,11
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

Como descrito na Tabela VIII, 44,45% do total dos gerentes, possuem entre 31 a 40 anos. Mas deve-se destacar que 33,33% possuem de 20 a 30 anos. Ou seja, são jovens empresários e conforme pesquisa do SEBRAE (1999), o fator idade está relacionado com o sucesso da empresa, pois conforme a pesquisa, nas empresas melhor sucedidas, encontrou-se uma quantidade maior de pessoas com idade superior a 30 anos. Já as empresas que não conseguiram sobreviver aos primeiros anos eram gerenciadas por pessoas na faixa de 18 a 24 anos. Portanto, apesar de não poder ser estabelecido como regra, é um ponto, entre tantos outros, que deve ser considerado.

Tabela VIII – Faixa Etária dos gerentes

FAIXA ETÁRIA	Nº EPP	Nº ME	Total	%
20 a 30 anos	1	2	3	33,33
31 a 40 anos	0	4	4	44,45
41 a 50 anos	1	0	1	11,11
51 a 60 anos	0	1	1	11,11
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

Quanto à formação acadêmica, conforme demonstrado na Tabela IX, 33,33% dos gerentes, possuem nível superior. E, na maioria das empresas (44,45%), os gerentes possuem apenas o segundo grau. Por não possuírem nenhuma formação acadêmica na área empresarial e por não buscarem obter conhecimentos nesta área, isso reflete-se na forma de gerenciamento da empresa.

Tabela IX – Formação Acadêmica

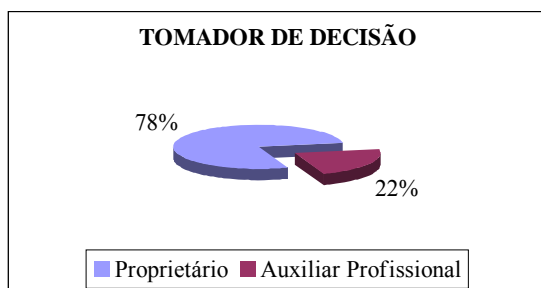
FORMAÇÃO ACADÊMICA	Nº EPP	Nº ME	Total	%
Primeiro Grau	0	2	2	22,22
Segundo Grau	0	4	4	44,45
Curso Técnico	0	0	0	0
Curso Superior	2	1	3	33,33
TOTAL	2	7	9	100

Fonte: a autora

3.5 INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Das empresas pesquisadas, em 78% dos casos, a tomada de decisão é feita pelo proprietário, conforme mostra o Gráfico I. O que é uma característica das micro e pequenas empresas. Em apenas 22% dos casos, há o auxílio de um outro profissional.

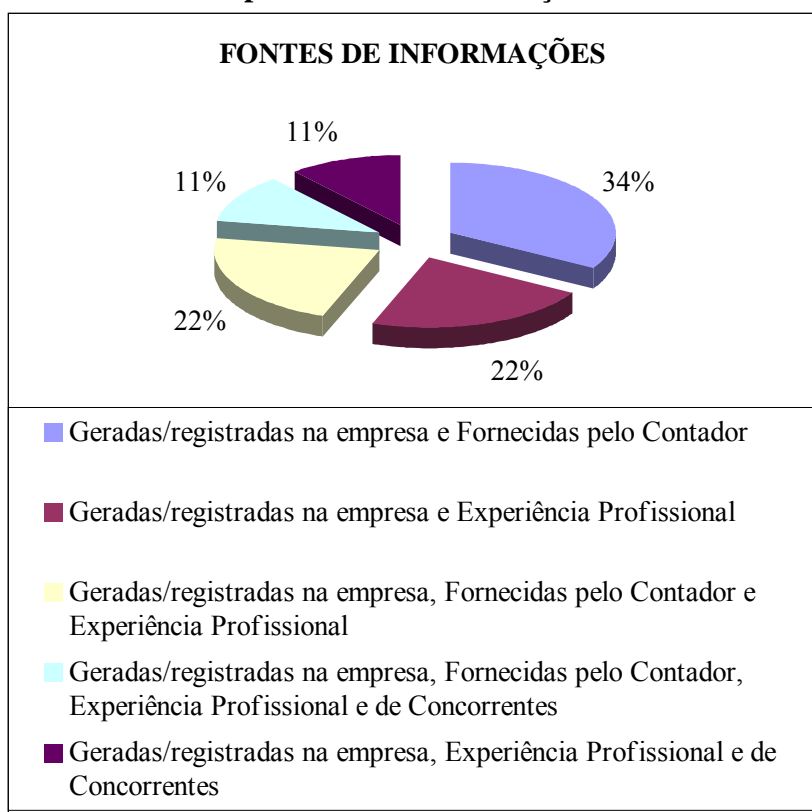
Gráfico I – Tomador de Decisão



Fonte: a autora

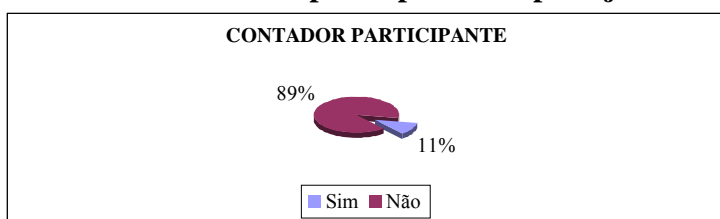
Observando o Gráfico II, verifica-se que 34% das empresas, utilizam como fonte, as informações geradas e registradas na própria empresa e as fornecidas pelo contador. Esta é uma informação positiva, pois 22% utilizam como fonte as informações registradas na empresa e adquiridas de experiência profissional. Assim percebe-se que são utilizadas, por 34% das empresas pesquisadas, as informações fornecidas pela contabilidade em conjunto com as informações registradas na própria empresa.

Gráfico II – Principais fontes de informações utilizadas



Fonte: a autora

Na maioria das empresas (89%), o contador não participa dos planejamentos, conforme pode ser verificado no Gráfico III. Assim apesar das empresas utilizarem como fonte de informação a contabilidade, o contador não participa dos planejamentos da maioria das empresas.

Gráfico III – Contador participante nos planejamentos

Fonte: a autora

Verifica-se pela Tabela X que o Relatório de Receitas/Vendas, a Demonstração do Resultado de Exercício e o Balanço Patrimonial são os tipos de relatórios utilizados pelo maior número de empresas. Sendo que para o Relatório de Receitas/Vendas foi atribuído o maior grau de importância, pela maior parte das empresas. Enfatiza-se que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos são os tipos de demonstrações que não foram assinalados por nenhuma das empresas questionadas.

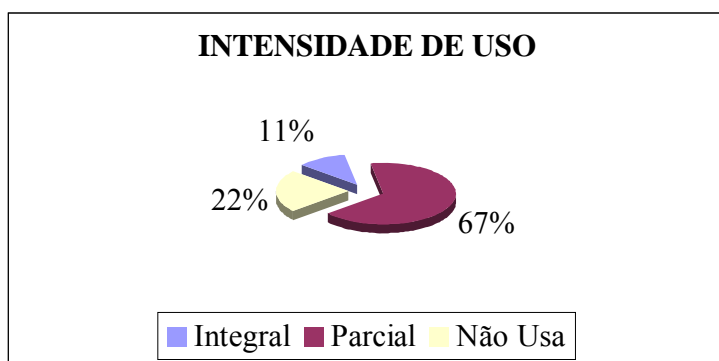
Tabela X – Geração, Utilização e Grau de Importância dos Relatórios/Informações

Relatórios/Informações	Nº Empresas							
	Gerados/ Enviados	Utilizados	Grau Importância					
			0	1	2	3	4	
BP (Balanço Patrimonial)	4	4		1	1			2
DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)	3	4	1		1			2
DLPA (Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados)	2	1		1			1	
DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido)			1					
DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos)			1					
Análise Capital de Giro	1			1				
Controle de Estoques	1			1				
Análise de Balanços	2	1		1				1
Contas a Receber/Pagar	1	2						2
Análise de Investimentos		1					1	
Fluxo Caixa		1						1
Orçamento		1						1
Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição		1						1
Relatório de Custos de produtos/serviços		1					1	
Relatórios de receitas/vendas	4	5						5
Demonstrativo de conciliação de caixa/bancos	1	2						2
Formação de preço de venda	1	2					1	1
Não utiliza	1	1						

Fonte: a autora

Observa-se pelo Gráfico VI que apenas 11% das empresas utilizam integralmente os relatórios e informações contábeis. Percebe-se que grande parte (22%) não utilizam e isto deve ser questionado pelos profissionais contábeis que prestam serviço à estas empresas. Deve ser levantado o motivo pelo qual eles não são utilizados. Talvez os usuários não tenham conhecimento de como os relatórios possam ser úteis para a empresa. Assim o contador deveria fornecer esse tipo de assessoria, pois o principal desafio do contador é gerar relatórios/informações que sejam utilizados no gerenciamento da empresa.

Gráfico IV – Intensidade de Uso dos Relatórios/Informações



Fonte: a autora

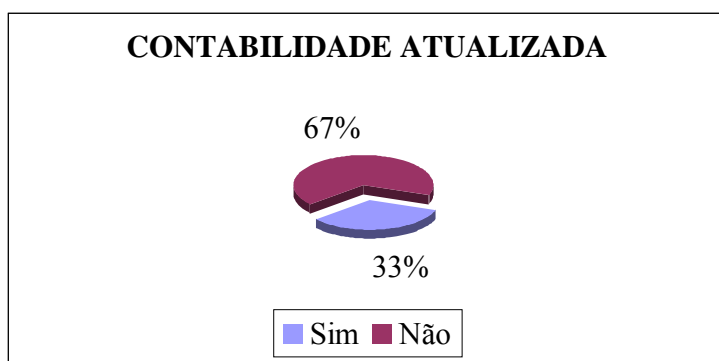
Através da Tabela XI, observa-se que para a Tempestividade e a Fidelidade foram atribuídos os maiores graus de importância, pelo maior número de empresas. Já a Comparabilidade foi considerada a de menor grau de importância por 17% das empresas. Essa é uma importante avaliação que deve ser feita pelos profissionais contábeis e pelos os usuários da informação contábil, pois é uma forma de verificar o tipo de produto que está sendo fornecido pelo contador e o que está sendo exigido pelo gestor da empresa.

Tabela XI – Qualidade dos Relatórios/Informações

Grau	Tempestividade		Compreensibilidade		Relevância		Fidelidade		Comparabilidade	
	Nº empresas	%	Nº empresas	%	Nº empresas	%	Nº empresas	%	Nº empresas	%
zero	0	0	0	0	0	0	0	0	1	17
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	3	50	1	17	1	17	2	33
3	2	33	2	33	3	50	0	0	2	33
4	4	67	1	17	2	33	5	83	1	17
Total	6	100	6	100	6	100	6	100	6	100

Fonte: a autora

Conforme evidenciado no Gráfico X, para 67% das empresas a contabilidade não se mantém atualizada. Desta forma percebe-se que, do ponto de vista do empresário, os contadores devem se preocupar em atualizar seus conhecimentos. Talvez seja essa, uma das razões pela qual os usuários não confiam totalmente nas informações fornecidas pela contabilidade.

Gráfico X – Contabilidade Atualizada

Fonte: a autora

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com este trabalho procurou-se avaliar o papel da informação gerada pela contabilidade, que é o de servir como suporte para os gestores. A utilização de informações que tenham qualidade possibilita ao empresário o diagnóstico e a análise das perspectivas futuras da empresa.

Através da pesquisa, verificou-se que a informação contábil-gerencial ainda necessita ser implementada como instrumento da gerência nas micro e pequenas empresas. Sendo que a maioria dos pesquisados, além de possuírem baixa formação escolar, não buscam treinamentos na área gerencial. Percebeu-se que grande parte dos administradores das micro e pequenas empresas estão despreparados para utilizarem esta ferramenta. Muitos desconhecem o significado da ciência contábil e consideram como função da contabilidade apenas a escrituração para fins fiscais.

Desta forma, as tendências mais freqüentes são os controles informais e planejamentos relacionados à um futuro próximo, não havendo tanta preocupação com planejamentos de longo prazo.

Dentre as empresas pesquisadas percebeu-se que falta aos gestores destas empresas o conhecimento de como utilizar os relatórios gerados pela contabilidade. Por outro lado, os profissionais contábeis devem valorizar o seu produto, a informação, demonstrando para seus usuários, como ela poder ser útil.

Sendo assim constatou-se ser necessário, os profissionais contábeis estarem cada vez mais atualizados para poderem oferecer um serviço de qualidade. Há medida que ocorre o crescimento das necessidades dos clientes, os contadores devem fazer com que as informações geradas supram esta necessidade.

Os micro e pequenos empresários que desejam manter-se competitivos no mercado devem procurar por profissionais que forneçam um produto de qualidade. A partir do momento que existir a conscientização, por contadores e empresários, que a contabilidade pode servir como um instrumento de gestão, estes profissionais poderão trabalhar juntos, auxiliando um ao outro na administração da empresa.

Por se tratar de um tema amplo, não foi esgotado o assunto nesta pesquisa. Recomenda-se, para futuros trabalhos, que seja feito um estudo comparando a opinião dos profissionais contábeis com a opinião dos gestores em relação à utilização da informação contábil como ferramenta da gestão das empresas.

Sugere-se também um estudo aprofundado em uma única empresa que utilize os relatórios contábeis, com o objetivo de verificar como eles são utilizados para a tomada de decisão.

5 REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert Newton, **Contabilidade Gerencial: uma introdução à contabilidade**; traduzido por Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Atlas, 1976.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

BLECKE, Curtis J. **Análise Financeira para a tomada de decisão**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Coleção Saraiva de Legislação**, 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 774/94: aprova a NBC T1 – das características da informação contábil**. Presidente: José Maria Martins Mendes. Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Set 2000.

_____. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2000.

_____. **Resolução CFC nº 785/95: aprova o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade**. Presidente: José Maria Martins Mendes. Conselho Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Set 2000.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. **Curso de Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1997.

CONTABILIDADE: teoria x prática. **IOB. Temática Contábil e Balanços**. nº 23, 1993

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, José Augusto. **ABC das Finanças: como controlar as contas da empresa**. São Paulo: Editora STS, 1999.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- GRAY, Jack, JOHNSTON, Kenneth S. **Contabilidade e Administração**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HORNGREN, Charles T., FOSTER, George, DATAR, Srikant M. **Contabilidade de Custos**. Tradução José Luiz Paravato. Revisão Técnica Luiz Henrique Baptista Machado. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil**. Estudos e Pesquisas Informação Econômica. 2003. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.
- Lei 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9841.htm>. Acesso em: 15 jan. 2004.
- Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996**. Institui o SIMPLES. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei931796.htm>. Acesso em: 02 fev. 2004.
- MARION, José Carlos. **A Profissão Contábil no Brasil**. Disponível em: <www.classecontabil.com.br>. Acesso em: 05 jan. 2004.
- _____. **Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MARKONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.
- NEVES, Silveira das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Básica**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Frase Editora, 2003.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Informações sócio-econômicas**. Disponível em: < www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2004.

SANTOS, Edson de Oliveira. **Administração financeira de pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Nivaldo João dos. **Análise do uso da informação contábil para fins gerenciais: o caso da avaliação econômico-financeira da Gerasul**. 1999, 112 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas: manual de procedimentos contábeis**. Coordenação Pedro Coelho Neto; revisão técnica Câmara Técnica. 2. ed. Brasília: CFC; Ed. Sebrae, 1998.

SEBRAE. **Pesquisa sobre mortalidade de empresa e seus fatores condicionantes**. Coordenação de Cláudio Ferreira. Florianópolis: SEBRAE, 1999. Disponível em <www.sebrae.com.br> Acesso em: 04 maio 2004.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Apresentação

Florianópolis, maio de 2004.

Senhor (a) Empresário (a):

Na qualidade de estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), venho por meio desta, solicitar sua especial colaboração, no sentido de responder ao questionário que segue anexo, cujo objetivo é levantar dados que possibilite uma avaliação da informação contábil como instrumento da gestão de micro e pequenas empresas. Para a referida pesquisa não é necessário a divulgação do nome da empresa, portanto não será necessário que V. Sa se identifique.

Agradeço muito a sua colaboração,

Giselle Abatti

RG 3.779.814-6
Fone res.: 2472728
Fone coml.: 2226547 ramal 221
Fone celular: 99079931
Email: gabatti@cieesc.org.br

Apêndice B - Questionário

QUESTIONÁRIODADOS DA EMPRESA

1. Ramo de Atividade:

Comercial

Industrial

Serviços

2. Ano de Fundação:

3. Possui escrituração contábil? Ou só livro caixa?

4. Forma Tributária:

Simplex

Lucro Presumido

Lucro Real

5. Número de Empregados:

6. Faturamento anual (em R\$):

até 120.000

de 120.001 a 244.000

de 244.001 a 544.000

de 544.001 a 844.000

de 844.001 a 1.200.000

7. Quem gerencia a empresa:

- Proprietário
- Administrador contratado
- Os dois
- Outro _____

8. Responsável pelas informações contábeis:

- Contador da empresa
- Empresa terceirizada

9. Qual a expectativa de evolução dos negócios da empresa?

- Em Expansão
- Expansão Moderada
- Não tem expectativa

DADOS DA GERÊNCIA

1. Função/Cargo:

- Sócio-proprietário
- Gerente
- Outro _____

2. Desde quando ocupa esta função:

- Zero a 1 ano
- 2 a 3 anos
- 4 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

3. Faixa Etária:

- 20 a 30 anos

- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Mais de 60 anos

4. Formação Acadêmica:

- Primeiro Grau,
- Segundo Grau,
- Terceiro Grau
- Curso _____
- Pós _____

5. Costuma fazer cursos de atualizações, especializações?

- Sim
- Não
- Quais? _____

INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. As decisões da empresa são tomadas:

- Pelo proprietário Pelo auxiliar profissional _____

2. Quais as principais fontes de informações utilizadas na gestão econômico-financeira:

- Informações geradas e registradas na própria empresa
- Informações fornecidas pelo contador
- Informações advindas da experiência profissional, não registradas
- Informações de concorrentes
- Outros _____

3. O contador participa dos planejamentos realizados na empresa:

- Sim

Não

4. O setor contábil envia **relatórios gerenciais** para o gestor da empresa?

Sim

Não

5. Quais, dos relatórios abaixo, são **gerados/enviados para a empresa?**

BP

DRE

DLPA

DMPL

DOAR

Análise Capital de Giro

Controle de Estoques

Análise de Balanços

Contas a Receber/Pagar

Análise de Investimentos

Fluxo Caixa

Orçamento

Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição

Relatório de Custos de produtos/serviços

Relatórios de receitas/vendas

Demonstrativo de conciliação de caixa/bancos

Formação de preço de venda

Não utiliza

Outros quais _____

6. Quais, dos relatórios/informações abaixo, **são utilizados pela empresa?**

BP

DRE

- DLPA
- DMPL
- DOAR
- Análise Capital de Giro
- Controle de Estoques
- Análise de Balanços
- Contas a Receber/Pagar
- Análise de Investimentos
- Fluxo Caixa
- Orçamento
- Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição
- Relatório de Custos de produtos/serviços
- Relatórios de receitas/vendas
- Demonstrativo de conciliação de caixa/bancos
- Formação de preço de venda
- Não utiliza
- Outros quais _____

7. Qual a intensidade de uso?

- Integral
- Parcial
- Não usa

8. Atribua uma nota (de 0 a 4) para a **importância** dos relatórios/informações disponíveis para a empresa:

- BP
- DRE
- DLPA
- DMPL
- DOAR
- Análise Capital de Giro
- Controle de Estoques

- Análise de Balanços
- Contas a Receber/Pagar
- Análise de Investimentos
- Fluxo Caixa
- Orçamento
- Ponto de Equilíbrio e Margem de Contribuição
- Relatório de Custos de produtos/serviços
- Relatórios de receitas/vendas
- Demonstrativo de conciliação de caixa/bancos
- Formação de preço de venda
- não utiliza
- Outros quais _____

9. Atribua uma nota (0 a 4) para a **qualidade** dos relatórios disponíveis:

- Tempestividade (periodicidade)
- Compreensibilidade (clara e objetiva)
- Relevância
- Fidelidade
- Comparabilidade

10. Em sua opinião, a contabilidade se mantém atualizada?

- Sim Não

11. Em sua opinião, a contabilidade é útil para o processo de tomada de decisão?

- Sim
- Não

12. Em sua opinião, o que é contabilidade?

13. Em sua opinião qual deveria ser a função da contabilidade?

14. Para você, o que é um relatório financeiro?

15. Para você, o que é um relatório gerencial?
